

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

O MERCOSUL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTRIBUIÇÕES DO FUNDO DE CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL - FOCEM¹
THE MERCOSUL AND THE REGIONAL DEVELOPMENT: CONTRIBUTIONS OF MERCOSUL - FOCEM STRUCTURAL CONVERGENCE FUND

**Mauro Alberto Nuske², Nedisson Luis Gessi³, Sérgio Luis Allebrandt⁴,
Nelson José Thesing⁵**

¹ Pesquisa desenvolvida no componente curricular de Administração Pública e Desenvolvimento do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da UNIJUI/Ijuí

² Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNIJUI), Administrador e Especialista em Administração Financeira (SETREM), Mestre em Engenharia de Produção (UFSM), Docente da Faculdade Três de Maio (SETREM), e-mail: mauronuske@gmail.com .

³ Doutorando em Desenvolvimento Regional (UNIJUI), Mestre em Ensino Científico e Tecnológico (URI), Mestre em Gestão Pública (UNAM), Docente das Faculdades Integradas Machado de Assis. nedisson@fema.com.br

⁴ Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC), Mestre em Gestão Empresarial pela (FGV), docente do programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional (UNIJUI). Email: allebr@unijui.edu.br

⁵ Doutor em Integração Regional pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Docente da Universidade Regional do Noroeste do RS (UNIJUI), E-mail: nelson.thesing@unijui.edu.br

RESUMO

O estudo aborda a atuação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL - FOCEM, na perspectiva do desenvolvimento regional entre os países que compõe esse bloco econômico. A partir da compilação dos investimentos deste fundo desde a sua criação, busca-se verificar como foram utilizados os recursos alocados por cada um dos membros. A metodologia utilizada foi através de uma abordagem dedutiva e quanti-qualitativa, os procedimentos de pesquisa foram bibliográficos, documental e comparativo, e as técnicas de coleta e análise de dados foram a partir dos documentos do MERCOSUL e do FOCEM. Dentre os resultados, verifica-se que Brasil e Argentina, e, desde 2015, a Venezuela, são os países que mais alocam recursos para o fundo, com 70% e 27%, respectivamente, sendo que o Paraguai e o Uruguai foram os países mais beneficiados, com 64% e 24%, respectivamente, nestes 10 anos de atuação do fundo. As áreas que receberam mais investimentos foram de infraestrutura modal, no que tange a melhorias de acesso viário, com 432 km, e construção ou ampliação de linhas férreas, onde foram investidos US\$ 133 milhões, bem como na ampliação de conexões elétricas, com mais de US\$ 500 milhões investidos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Bloco Econômico do MERCOSUL, Fundo de Convergência Estrutural - FOCEM.

ABSTRACT

This work deals with the acting of the MERCOSUL - FOCEM Structural Convergence Fund, in the

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

perspective of regional development among the countries that make up this economic bloc. From the compilation of investments of this fund since its creation, it tries to verify how the resources allocated by each of the members were used. The methodology used was through a deductive and quantitative and qualitative approach, the research procedures were bibliographic, documental and comparative and the data collection and analysis techniques were based on the MERCOSUL and FOCES documents. Among the results, it can be verified that Brazil and Argentina, and, since 2015, Venezuela, are the countries that most allocate resources to the fund, with 70% and 27%, respectively, with Paraguay and Uruguay being the countries that received most investments, with 64% and 24%, respectively, in these 10 years of the fund operation. The areas that received most investments were modal infrastructure, in terms of road access improvements, with 432km, and construction or expansion of rail lines, where US\$ 133 million were invested, as well as in the expansion of electrical connections, with more of US\$ 500 million invested.

Key-Words: Regional Development, MERCOSUL Economic bloc, FOCES Structural Convergence Fund.

1. INTRODUÇÃO

Tratar de um assunto tão amplo quanto diverso como é desenvolvimento, sem dúvida alguma, provoca discussões que vão além do conhecimento teórico ou do domínio público em torno da temática.

Entre todos os vocábulos existentes na língua portuguesa, desenvolvimento configura, sem nenhuma dúvida, um caso ímpar (Siedenberg, 2012). Trata-se de um termo com muito appeal, como afirmam Caiden e Caravantes (1988) apud Siedenberg (2012), pois no cotidiano é facilmente constatável que poucos termos usufruem de um uso tão indiscriminado quanto desenvolvimento. É necessário conformar-se com o fato de que desenvolvimento é um termo volátil e maleável que pode assumir os mais diferentes significados nos mais diferentes contextos [...].

Considerando-se essa amplitude de possibilidades atribuídas ao termo desenvolvimento, tanto em termos de escalas quanto dimensões, este estudo desenvolvido no âmbito do MERCOSUL, com foco no Fundo de Convergência Estrutural - FOCES, analisa as intervenções e contribuições que o mesmo tem realizado nos países membros do bloco, principalmente no que tange à redução das desigualdades entre os mesmos.

Destaca-se que trata-se de uma análise a partir de dados e informações do próprio órgão, os quais são apresentados e avaliados conforme foram aplicados no bloco, por país, por área, a partir das regulamentações próprias do organismo. Por fim, as contribuições são num viés de mudanças positivas, com reflexões acerca de melhorias que possam vir a ser interessantes a todos os envolvidos no processo de desenvolvimento e integração regional.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

Desenvolvimento, por ser um termo complexo e dinâmico, que no transcorrer das décadas se modificou, se adaptou, transitando nas mais diversas áreas, é que conseguiu assumir hoje esse caráter multidisciplinar (SAUSEN apud SIEDENBERG, 2012). Numa perspectiva mais ampla, pode-se estabelecer uma relação muito próxima do conceito de desenvolvimento ao conceito de transformação, na qual ocorrem modificações necessárias para um melhor aproveitamento e aperfeiçoamento do espaço físico, dos recursos humanos e dos meios disponíveis. Estas modificações acabam por beneficiar toda uma comunidade, local ou regional, promovendo desta forma o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento é um fenômeno que não se dá no vazio. Acontece na dinâmica social da economia, da política, da cultura, da educação, etc. O processo social do desenvolvimento incorpora também as relações com o meio ambiente, com a natureza. Pode ser um processo com certa “espontaneidade”, mas também é um processo que se realiza pela política objetiva de indução e condução. Como tal é objeto de políticas públicas, de governos e organismos internacionais (Franz, 2003, apud Siedenberg, 2012).

Para Brandão (2012), nenhuma escala per se é boa ou ruim. É preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escola específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento. “Penso que, ao contrário daquelas visões, as escalas “intermediárias” ganham novo sentido e importância nessa fase do capitalismo.

Na visão de Trennepohl (2011), as análises sobre desenvolvimento regional podem ser feitas com base em diferentes perspectivas teóricas, beneficiando-se de vasta produção intelectual existente sobre a problemática. Por certo que a opção por uma ou por outro não pode ser aleatória ou ingênua, pois nela estarão sendo definidos, em grande medida, os horizontes de análise.

Furtado (2002) apud Brandão (2012) reforça ainda que “as economias subdesenvolvidas podem conhecer fases prolongadas de crescimento de seu produto global e per capita, sem reduzir o grau de dependência externa e a heterogeneidade estrutural interna, que são suas características essenciais”.

2.2 Processos de Integração Regional

Conforme Garcia (2001) apud Moreira (2010), um processo de integração regional consiste em um conjunto de medidas de caráter econômico que tem por objetivo promover a aproximação e a união entre as economias de dois ou mais países. Em outras palavras, é um processo de constituição de um mercado integrado, em uma região contínua ou não, a partir da retirada progressiva das barreiras ao comércio, podendo estender-se à livre circulação de fatores de produção e à criação de instituições que possam coordenar e/ou unificar as políticas econômicas de seus estados-membros.

Para Brandão (2012), a integração é sempre um processo contínuo e de difícil reversão, que exerce influência complexa e contraditória sobre as regiões aderentes, que serão engolfadas em adaptações recíprocas, com intensidades e naturezas diversas, destacando-se, evidentemente, a

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

potência do vetor “centro dinâmico” => “periferia”, embora nunca possa ser encarada como unidirecional. Dessa forma, ela recondiciona as economias aderentes, forçando-as à convergência e à reacomodação das estruturas produtivas regionais.

Moreira (2010), apresenta cinco tipos de integração definidos por Balassa (1973), que também podem ser considerados estágios, visto seu caráter progressivo:

1º estágio - Área de Livre Comércio: livre circulação de bens e serviços dentro do bloco e Inexistência de barreiras tarifárias e técnicas;

2º estágio - União Aduaneira: livre circulação de bens e serviços dentro do bloco, existência de uma Tarifa Externa Comum e harmonização das políticas comerciais;

3º estágio - Mercado Comum: livre circulação de bens, serviços e pessoas, criação de instituições supranacionais, harmonização da legislação fiscal e trabalhista e criação de um orçamento comunitário para políticas comuns;

4º estágio - União Econômica: livre circulação de todos os fatores de produção, coordenação conjunta das políticas econômicas, criação de um banco central da União, harmonização da política fiscal e monetária e criação de uma moeda única;

5º estágio - Integração Econômica Total: unificação completa das economias, criação de uma política comum de relações externas, criação de uma política de defesa e segurança comum, unificação dos códigos de leis, criação de uma autoridade supranacional e unificação política.

Ainda conforme Moreira (2010), o processo de regionalização promove a integração regional de determinadas áreas com o intuito de estabelecer a livre circulação de bens, serviços, investimentos e até mesmo de pessoas, além de criar uma certa interdependência das políticas econômicas dos países membros. Embora concomitante, a regionalização tornou-se uma alternativa ao processo de globalização.

2.3 Blocos Econômicos

Para Penna Filho e Menezes (2006), a formação de blocos econômicos é um fato concreto [...]. A proximidade geográfica, meios de transporte adequados, atividade comercial anterior, algum laço histórico e cultural ajuda a facilitar um maior entendimento econômico em uma região. Os exemplos de antes e de agora são a União Europeia, o MERCOSUL, a Comunidade Andina, a Comunidade Caribenha (CARICOM), o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e as integrações na África e na Ásia.

São tentativas de integração que, com maior ou menor velocidade, buscam uma unidade econômica, em benefício de países de uma mesma região. Umas, apesar dos tropeços, tiveram mais acertos, outras não chegaram ao patamar desejado (Penna Filho e Menezes, 2006, p. 12).

Conforme os autores, na América Latina, antes de se chegar às integrações em andamento,

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

tentou-se, a partir da década de 1960, uma unidade econômica regional na América Central, com o Mercado Comum Centro-Americano, e outra, ainda mais ampla, que incluiu todos os países da América Latina, na Associação Latino Americana de Livre Comércio. Os fatos sugerem quem as integrações em andamento na América Latina tiraram lições dos acertos e erros ocorridos naquelas tentativas de integração.

Para Cintra e Calixtre (2010), no livro Estado, planejamento e políticas públicas (IPEA) disponível no site do IPEA (2016), “o processo de reaproximação dos países sul-americanos, que teve suas origens no período anterior aos anos 1990, percorreu um caminho sinuoso e, por vezes, contraditório, porém dotado de uma lógica intrínseca: o avanço das interconexões econômicas espalhou-se para além do espaço de acumulação nacional de cada país no Cone Sul, o qual constitui um espaço compartilhado de valorização da riqueza. Assim, a mera circunstância geográfica dos países, pouco a pouco, transmutou-se em um destino comum”.

2.4 Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

De acordo com o site do MERCOSUL (www.mercosur.int), o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, criado em 1991, é um processo de integração regional conformado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual recentemente incorporaram-se a Venezuela e a Bolívia, esta última em processo de adesão.

O MERCOSUL é um processo aberto e dinâmico. Desde sua criação teve como objetivo principal propiciar um espaço comum que gerasse oportunidades comerciais e de investimentos mediante a integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional. Como resultado, concluiu múltiplos acordos com países ou grupos de países, outorgando-lhes, em alguns casos, status de Estados Associados - é a situação dos países sul-americanos -. Eles participam de atividades e reuniões do bloco e contam com preferências comerciais entre os países membros. O MERCOSUL também tem assinado acordos de tipo comercial, político ou de cooperação com um diverso número de nações e organismos nos cinco continentes.

Desde seu início, o MERCOSUL promove como alicerces da integração os princípios de democracia e de desenvolvimento econômico, impulsionando uma integração com rosto humano. Em linha com esses princípios, acrescentaram-se diferentes acordos em matéria migratória, trabalhista, cultural, social, entre tantos outros a salientar, os quais resultam de suma importância para seus habitantes.

A figura 1 destaca o perfil do MERCOSUL, por membro do bloco.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa



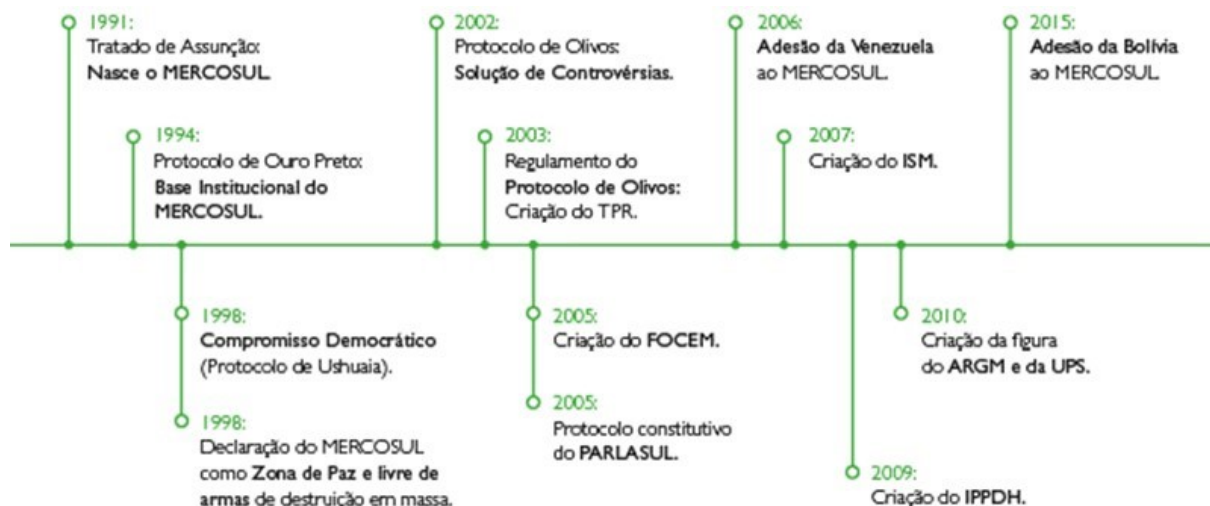
Fonte: www.mercosur.int (2016)

Figura 1: MERCOSUL em Conjunto

Esses acordos significaram a incorporação das dimensões Cidadã, Social e de Integração Produtiva, entre outras, para as quais, por um lado, foi necessário adaptar e ampliar a institucionalidade do bloco em toda a região, atendendo a demandas e aprofundando a participação efetiva da cidadania por diferentes vias; e por outro, teve de dotar-se de mecanismos de financiamento solidários próprios, tais como o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), entre outros fundos. O FOCEM, mediante uma contribuição anual de mais de 100 milhões de dólares, financia projetos que buscam promover a competitividade, a coesão social e a redução de assimetrias entre os integrantes do processo.

A figura 2 apresenta a cronologia de constituição do MERCOSUL, destacando os principais fatos e eventos.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa



Fonte: <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/5908/3/innova.front/em-poucas-palavras> (2016)

Figura 2: Cronologia do MERCOSUL

As potencialidades do MERCOSUL nas mais diversas áreas são imensas visto que em seu território de quase 15 milhões de km² conta com grande variedade de riquezas e tesouros naturais que possui a humanidade: água, biodiversidade, recursos energéticos e terras férteis. Todavia, sua maior riqueza reside em sua gente, pois graças a uma população de mais de 295 milhões de pessoas, possui um patrimônio invalorável de diversidade cultural, étnica, linguística e religiosa que convive harmoniosamente, tornando o MERCOSUL em uma região de paz e desenvolvimento.

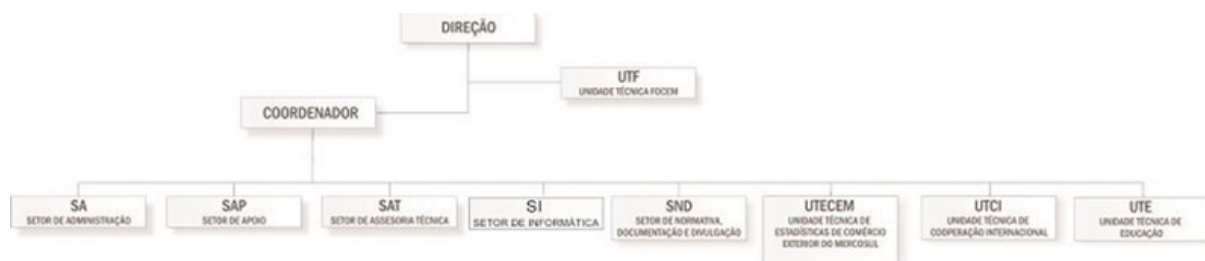
2.4.1 Estrutural Institucional do MERCOSUL

O MERCOSUL toma suas decisões mediante três órgãos: o Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão superior do MERCOSUL, que conduz politicamente o processo de integração, o Grupo Mercado Comum (GMC), que vela pelo funcionamento cotidiano do bloco, e a Comissão de Comércio (CCM), incumbida da administração dos instrumentos comuns de política comercial. Assistindo os mencionados órgãos existem mais 300 foros de negociação nas mais diversas áreas, os quais se integram por representantes de cada país membro e promovem iniciativas para ser consideradas pelos órgãos decisórios.

Com o correr do tempo e para efeitos da implementação de suas políticas regionais, o MERCOSUL criou em distintas cidades diversos organismos de caráter permanente entre os quais, o Alto Representante-Geral do MERCOSUL (ARGM), o FOCEM, o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH), o Instituto Social do MERCOSUL (ISM), o Parlamento do MERCOSUL (PARLASUR), a Secretaria do MERCOSUL (SM), o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) e a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS).

A Secretaria do MERCOSUL possui a seguinte estrutura organizacional, demonstrada na figura 3.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa



Fonte: www.mercosur.int (2016)

Figura 3: Organograma da Secretaria do MERCOSUL

2.4.2 Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)

Conforme o site do FOCEM (focem.mercosur.int), O FOCEM é um fundo destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração. É o primeiro mecanismo solidário de financiamento próprio dos países do MERCOSUL e tem por objetivo reduzir as assimetrias do bloco. Os fundos são destinados aos países, e entregues em caráter de doação não reembolsável para financiar até os 85% do valor elegível por eles apresentados.

O FOCEM foi criado pela Decisão CMC Nº 45/04. Mais tarde, a Decisão CMC Nº 18/05 estabeleceu as normas para sua integração e funcionamento, e a Decisão CMC Nº 01/10 define seu regulamento atual. Possui em sua estrutura operacional:

- a Unidade Técnica FOCEM (UTF), que é a instância técnica para a avaliação e o acompanhamento da execução dos projetos financiados pelo FOCEM, a qual funciona no âmbito da Secretaria do MERCOSUL;
- a Unidade Técnica Nacional FOCEM (UTNF), que funciona como vínculo operativo de cada país membro com a UTF, sendo responsável pelas tarefas de coordenação interna dos aspectos relacionados à formulação, apresentação, avaliação e execução dos projetos;
- o Organismo Executor (OE), que é a instância responsável pela execução efetiva do projeto. Corresponde ao setor público de algum dos países membro do MERCOSUL. Em alguns casos estabelecidos pela normativa, o país membro pode delegar a gestão do projeto em instituições mistas ou privadas que sejam parte da administração direta, indireta ou do sistema operacional do país membro. A responsabilidade de gestão completa do projeto é do país membro.

Os projetos apoiados pelo FOCEM Os projetos FOCEM devem ser desenvolvidos em algum dos seguintes Programas estabelecidos pela normativa:

- Programa I) Convergência Estrutural

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

- Programa II) Desenvolvimento da Competitividade
- Programa III) Coesão Social
- Programa IV) Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração

Os Organismos do Setor Público dos países membros, e instituições mistas ou privadas estabelecidas por regulamento, interessados em receber financiamento do FOCEM, deverão apresentar seus Projetos às Unidades Técnicas Nacionais FOCEM (UTNF's). A documentação de Projetos deverá cumprir os requerimentos de formulação, análise e apresentação estabelecidos no Regulamento FOCEM.

Aqueles Projetos que cumprirem as condições necessárias e que o país membro beneficiário entenda de interesse, serão apresentados pelas UTNFs - através da sua Representação Permanente ante o MERCOSUL - à Presidência Pro Tempore da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), para sua análise.

2. METODOLOGIA

Conforme Lovato (2013), a metodologia tem por finalidade o estudo dos métodos que irão ser utilizados para alcançar os objetivos da pesquisa. Divide-se essencialmente em: métodos de abordagem, métodos de procedimentos e técnicas.

Para o desenvolvimento do estudo, utilizou-se de uma abordagem dedutiva, a partir de teoria disponível em obras, e material elaborado pelo órgão objeto do estudo, buscando-se conclusões específicas aplicadas a este bloco econômico. Também fez-se uso das abordagens quanti-qualitativa, as quais se concretizam pela análise dos resultados através de números e percentuais, bem como pela subjetividade.

O procedimento foi de pesquisa bibliográfica e documental, pois analisou-se as evidências e evoluções dos investimentos do objeto de estudo na região de abrangência.

Utilizou-se também a pesquisa comparativa, a qual, para Andrade (1995), Lakatos e Marconi (1986) e Gil (2002) apud Lovato (2013), este tipo de procedimento se caracteriza por fazer uso de comparações, levantando semelhanças e diferenças entre grupos, sociedades e organizações. Foi utilizado para comparar-se os investimentos, tanto entre os países membros do MERCOSUL, bem como comparar as áreas que receberam os investimentos.

Como técnicas de coleta e análise de dados, utilizou-se os documentos e estudos desenvolvidos pelo FOCEM, e a partir dos resultados apresentados, realizou-se as análises pertinentes para o desenvolvimento do estudo proposto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o intuito de analisar a participação do FOCEM no desenvolvimento regional nos países do MERCOSUL, bem como a efetividade do processo de integração, este estudo se propõe, num

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

primeiro momento, a analisar como os recursos foram usufruídos e investidos, de acordo com as normativas do fundo.

Os recursos são provenientes das contribuições anuais dos países que compõe o bloco, proporcional ao Produto Interno Bruto (PIB) que cada um dos países representa no bloco, e redistribuídos aos projetos desenvolvidos pelos mesmos, na forma de empréstimos não-reembolsáveis, nas seguintes proporções, conforme a figura 4.

De acordo com a figura 4, mais da metade do aporte ao fundo é feito pelo Brasil, com 55,12%, seguido das contribuições da Argentina e Venezuela, com 21,26% cada. Já os recursos recebidos seguem uma lógica inversa, com o Paraguai tendo direito a 43,65%, seguido do Uruguai com 29,10%. Em valores monetários, o aporte total anual é de 127 milhões de dólares americanos, o que pode ser considerado considerável, já que os investimentos são destinados às melhorias nos países do bloco, quando muitos deles provavelmente não teriam condições de fazê-los por conta própria.

ESTADO PARTE DO MERCOSUL	APORTES ANUAIS AO FUNDO (milhões de USD)	%	RECURSOS ANUAIS RECEBIDOS (milhões de USD)	%
Brasil	70	55,12%	11,55	9,09%
Argentina	27	21,26%	11,55	9,09%
Venezuela	27	21,26%	11,50	9,06%
Uruguai	2	1,57%	36,96	29,10%
Paraguai	1	0,79%	55,44	43,65%
TOTAL	127		127	

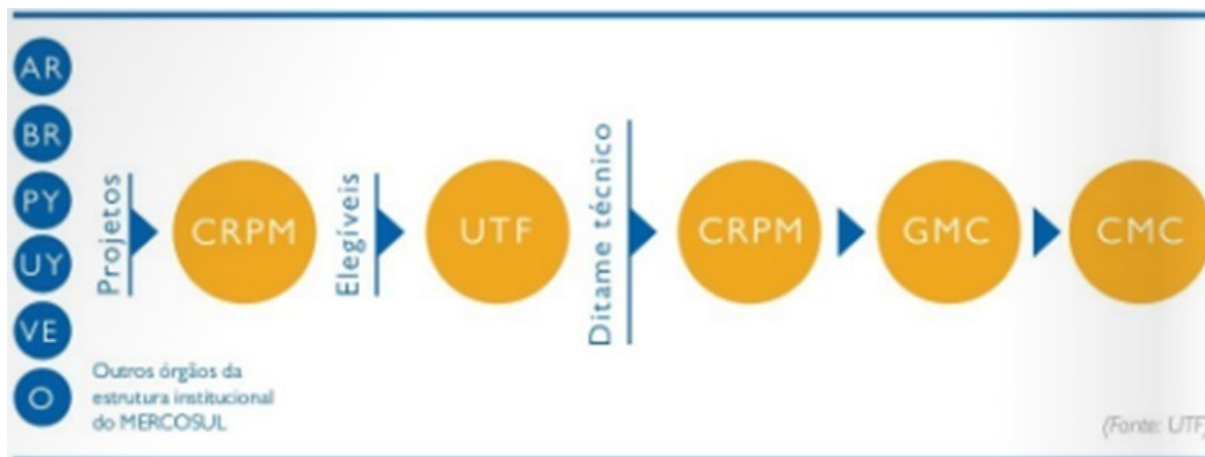
Fonte: UTF (2016)

Figura 4: Aportes e retiradas de recursos, por país membro (estado parte) do MERCOSUL

Quando um país membro do bloco, ou até, em projetos encaminhados entre dois ou mais países, os mesmos devem, obrigatoriamente, passar por trâmites, desde a sua origem até aprovação e implementação do projeto.

figura 5 apresenta, de forma sintética, cada uma das etapas e órgãos em que os projetos são submetidos e apreciados.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa



Fonte: UTF (2016)

Figura 5: Procedimento de análise e aprovação de projetos

Conforme a figura 5, os países membros, através de suas Unidades Técnicas Nacional FOCEM (UTNF) e seus Representantes Permanentes junto ao MERCOSUL, apresentam seus projetos à Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM) a qualquer momento do ano. Os projetos do Programa IV correspondentes ao fortalecimento institucional, podem ser apresentados por qualquer país membro ou por órgãos do MERCOSUL, e deverão seguir os procedimentos do Regulamento vigente. Os projetos pluriestatais são apresentados por dois ou mais países membros por intermédio das Representações Permanentes, via comunicação conjunta das respectivas UTNF participantes.

A formulação e apresentação dos projetos, independentemente da modalidade e programa ao qual correspondam, realizam-se conforme a metodologia de Quadro Lógico.

Uma vez recebidos, a CRPM constata as condições de elegibilidade dos projetos: se forem elegíveis, serão encaminhados à Unidade Técnica FOCEM (UTF) para elaboração do ditame técnico pertinente. A UTF avaliará o projeto e emitirá um ditame técnico que será encaminhado à CRPM para sua consideração, conjuntamente com a versão final do projeto e uma proposta de Convênio de Financiamento (COF). Uma vez recebido, a CRPM elaborará seu próprio relatório para ser apresentado ao Grupo Mercado Comum (GMC). O GMC considerará o relatório da CRPM e caso entenda que o projeto tem condições de ser aprovado, o GMC elevará ao Conselho Mercado Comum (CMC), para sua consideração, o projeto de Decisão que incluirá o relatório da CRPM, o ditame técnico da UTF e a versão final do projeto em questão. O CMC aprovará, por meio de uma Decisão, os projetos a serem financiados pelo FOCEM e designará os recursos correspondentes a cada um deles.

Considerando a relevância e importância do FOCEM durante seus 10 primeiros anos de vigência (2005-2014), verifica-se que 80% dos recursos disponíveis foram solicitados pelos países membros. A figura 6 detalha como os recursos foram utilizados por cada país membro do bloco.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

	RECURSOS FOCEM DESIGNADOS (milhões de USD)	% DESTINADO A PROJETOS
Argentina	92,45	56%
Brasil	92,45	80%
Paraguai	752,92	89%
Uruguai	301,14	86%
Venezuela	30,98	0%
Programa IV	1,61	100%
TOTAL	1.271.564,389	83%

Fonte: UTF (2016)

Figura 6: Utilização dos recursos por país membro

Verifica-se na figura 6 que, conforme as normativas do Fundo determinam, Paraguai e Uruguai foram os países mais beneficiados, com 89% e 86%, respectivamente, sendo que, juntamente com o Brasil, foram também os que mais utilizaram sua parte. Salienta-se que a Venezuela, por ter iniciado suas contribuições a partir de 2015, ainda não utilizou sua disponibilidade.

Dentre os 4 programas que podem ser financiados pelo FOCEM, a figura 7 apresentado como os mesmos se distribuíram entre os países membros.

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

ESTADO DOS PROJETOS POR PROGRAMA	Nº	INFRA-ESTRUTURA	COMPE-TITIVIDADE	COESÃO SOCIAL	FORTALE-CIMENTO INSTITUCIONAL
Em execução	37	18	10	8	1
Finalizados	6	2	1	-	3
	43	20	11	8	4
Elevados ao CMC	2	1	1	-	-
Em análise UTF	4	-	2	-	2
	6	1	3	0	2
Total Apresentados	49	21	14	8	6

Fonte: UTF (2016)

Figura 7: Programas e distribuição dos projetos financiados pelo FOCEM

De acordo com a figura 7, 43% deles são de infraestrutura, 29% de promoção da competitividade. Isso demonstra o quanto os países membros necessitam proporcionar condições físicas adequadas para o acesso de matéria prima e o escoamento da produção, bem como possibilitar vantagens e diferenciais competitivos para seus produtos e serviços.

Analisando os projetos por país membro, tem-se os seguintes quantitativos, conforme detalhamento na figura 8:

ESTADO DOS PROJETOS POR PAÍS	Nº	AR	BR	PI	UI	VE	PLUR (*)	PROG. IV
Em execução	37	4	3	17	9	-	3	1
Finalizados	6	-	-	-	3	-	-	3
	43	4	3	17	12	0	3	4
Elevados ao CMC	2	-	2	-	-	-	-	-
Em análise UTF	4	-	2	-	-	-	-	2
	6	0	4	0	0	0	0	2
Total Apresentados	49	4	7	17	12	0	3	6

(*) Projetos Pluriestatais, nos quais intervêm dois ou mais países.

(Fonte: UTF)

Fonte: UTF (2016)

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

Figura 8: Projetos por países membros

Ao analisar-se os projetos por área, a figura 9 apresenta os seguintes quantitativos:

	AR	BR	PI	UI	VE	PLUR (*)	PROG. IV	
Desenv. produtivo	1	5	4	2		1		13
Educação	2							2
Febre Aftosa						1		1
Linhas de Transmissão Elétrica	1		1	1				3
População Vulnerável		1	3	3		1		8
Vias		1	9	4				14
Ferrovias				2				2
Instituc.							6	6
Total	4	7	17	12	0	3	6	49

Fonte: UTF (2016)

Figura 9: Projetos por área

A partir dos dados apresentados na figura 9, verifica-se que os projetos de construção, pavimentação e reabilitação de estradas foram os mais frequentes. No Paraguai, principal beneficiário, conforme o FOCEM, o investimento foi em 432 km de vias.

Em iniciativas voltadas à atenção de populações vulneráveis, como água potável, saneamento e déficits em moradia, foram investidos mais de 60 milhões de dólares.

Na área de desenvolvimento produtivo de setores e cadeias, os principais setores atendidos pelos projetos do FOCEM foram o automotivo, informática, inovação, microempresas, petróleo e gás e turismo.

Também destaca-se o montante de investimentos em linhas de conexão elétrica, superiores a 500 milhões de dólares, e 133 milhões na reabilitação de ferrovias, no Uruguai.

CONCLUSÃO

Penna Filho e Menezes (2006) destacam que uma integração deve acrescentar ganhos econômicos e melhora no bem-estar social dos povos integrados. O objetivo principal é que as pessoas sintam que estão tendo mais vantagens dentro do que fora de um processo de integração. E se uma integração funcionar, essa é uma realidade possível. Não é uma panaceia, uma fórmula milagrosa que, da noite para o dia, resolverá todos os problemas dos países integrados. Não se pode fazer uma integração acreditando que, desde o primeiro momento, já seja possível sentir os resultados

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

altamente positivos das economias integradas. Não existe fórmula mágica. Entretanto, é consenso que é possível alcançar muitos ganhos ao longo do tempo. Alguns fatores próprios de uma integração levam à essa conclusão.

A partir dos dados apresentados relativos aos investimentos possíveis nos países do MERCOSUL através do FOCEM, verifica-se que, mesmo sendo a normativa que define a destinação dos recursos a partir do PIB de cada país, Uruguai e Paraguai são os grandes beneficiados, não apenas levando em conta o aporte e a possibilidade de acesso aos recursos, mas também, a área territorial dos mesmos, pois entre os 5 membros do bloco, ambos são os menores.

Outro aspecto relevante são os consideráveis investimentos em vias e ferrovias, principalmente no Paraguai e Uruguai, o que sinaliza a importância que os modais estão recebendo nestes países, ou ainda, carências detectadas. Investimentos em populações vulneráveis também tem recebido montantes consideráveis deste órgão.

Por outro lado, verifica-se que o setor educacional é pouco beneficiado, sendo que apenas a Argentina desenvolveu projetos para este setor. Da mesma forma, verifica-se pouco empenho ou unidade no desenvolvimento de projetos e investimentos pluriestatais, entre dois ou mais países. Levando-se em conta de que trata-se de um bloco que busca se desenvolver e criar vantagens competitivas conjuntas, essa constatação merece uma análise mais detalhada.

Considerando-se os dados e análises apresentadas, verifica-se que, mesmo sendo relevantes e que contribuam com o desenvolvimento dos países do MERCOSUL, verifica-se que as normativas têm determinado tratamentos diferenciados entre os países. Agregar outros aspectos que contribuam para um maior equilíbrio, tanto no aporte, quanto na destinação dos recursos podem ser alternativas para minimizar a distribuição diferenciada, buscando direitos iguais para todos os países do MERCOSUL.

REFERÊNCIAS

BALASSA, B., (1973) Teoria da integração econômica. Lisboa: Clássica.

BRANDÃO, C. A., (2012). Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp.

CARGNIN, A. P., (2014). Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões territoriais. 1ª ed. - Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 240 p. ISBN 978-85-917811-2-6.

Fundo De Convergência Estrutural Do Mercosul - FOCEM. Disponível em <http://focem.mercosur.int>. Acesso em 12/07/2016.

LOVATO, A., (2013). Metodologia da pesquisa. Três de Maio, SETREM.

MARCONI, M. DE A., LAKATOS, E. M., (2011). Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliografia, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. São

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

Paulo, Atlas.

MENEZES, A. DA M., PENNA FILHO, P. (2006). Integração Regional: blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier.

Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Disponível em <http://www.mercosur.int> Acessado em 12/07/2016.

Mercosul - Uma história que vem de longe... Disponível em www.ipea.org.br, (2011). Ano 8. Edição 67 - 20/09/2011. Acesso em 26/06/2016.

MOREIRA, C. S., (2010). A integração regional como resposta ao processo de globalização. Gestão Contemporânea: Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 215-243.

SAUSEN, J. O., (2012). Gestão Estratégica, competitividade e desenvolvimento: um olhar a partir das suas inter-relações, In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Org.). Desenvolvimento Sob Múltiplos Olhares. Ijuí: Unijuí.

SIEDENBERG, D. R., (2012). Fundamentos, Trajetórias e Abordagens Contemporâneas do Desenvolvimento, In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (Org.). Desenvolvimento Sob Múltiplos Olhares. Ijuí: Unijuí.

TRENNEPOHL, D., (2011). Avaliação das potencialidades econômicas para o desenvolvimento regional. Ijuí: Ed. Unijuí, 288 p.